

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca de estrutura e de estratégia organizacional na administração pública.

- 51** Um estado organizado em secretarias de saúde, educação, segurança, planejamento e comunicação emprega uma estrutura funcional.
- 52** A obtenção de colaboradores com alto grau de especialização é uma vantagem advinda da adoção de uma estrutura funcional por uma organização pública.
- 53** Caso seja adotada uma estratégia de centralização no âmbito do governo federal, será enfatizada a hierarquia da União sobre os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- 54** O Estado exerce seu poder por meio do governo e, nesse sentido, o governo é um instrumento do Estado.
- 55** A organização pública deve privilegiar a estrutura informal a fim de aumentar a celeridade na execução de suas atividades.

A respeito de cultura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 56** A cultura organizacional se manifesta por aspectos formais e informais que são claramente perceptíveis e evidenciados nas atividades rotineiras e práticas dos colaboradores.
- 57** Um exemplo de artefato da cultura organizacional é o uniforme usado pelos colaboradores de uma organização.
- 58** Em uma cultura organizacional, a figura do herói é uma pessoa viva ou morta que, necessariamente, tenha contribuído de forma significativa para a disseminação de determinados valores, os quais são representados de modo emblemático por seus membros.
- 59** A cultura de uma organização é considerada fraca quando poucos valores são compartilhados entre os seus membros, ou seja, a cultura dessa instituição apresenta grande heterogeneidade de valores.
- 60** A metamorfose, que é o primeiro estágio da socialização em uma cultura organizacional, ocorre pelo reconhecimento dos valores da organização por cada novo indivíduo.
- 61** A estabilidade estrutural é um fator fundamental para que determinada prática se torne parte da cultura organizacional de uma instituição.

Determinada organização pública foi reconhecida por apresentar, como traços de sua cultura organizacional, a integração dos colaboradores, o fomento à competitividade e a diferenciação dos papéis vivenciados na organização, buscando desafios e entendendo que novos colaboradores levam algum tempo para se sentirem confortáveis no ambiente.

Acerca dos aspectos da cultura organizacional referentes à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens seguintes.

- 62** A dimensão sinalizada na cultura organizacional acima apresentada se caracteriza como um sistema fechado.
- 63** A cultura organizacional dessa instituição é orientada para o processo.
- 64** A cultura organizacional descrita na situação hipotética privilegia a dimensão do coletivismo.
- 65** Tendo em vista as características descritas, é correto afirmar que a cultura organizacional dessa organização é uma cultura feminina.

No que se refere aos modelos de administração pública, julgue os próximos itens.

- 66** Uma desvantagem do modelo de administração pública burocrática é a grande pessoalidade existente nas relações entre chefia e subordinados.
- 67** A administração pública burocrática busca enfatizar o conhecimento técnico-profissional, o que garante sua superioridade em relação a outros modelos de administração.
- 68** O modelo da administração pública patrimonialista foi o primeiro esforço do Estado em cuidar do patrimônio público, mediante a criação de mecanismos de controle e de preservação do uso indevido dos bens do Estado pelos servidores.
- 69** Uma das características da administração pública patrimonialista é a ausência de carreiras administrativas definidas em sua estrutura organizacional.
- 70** Uma organização pública com base no modelo patrimonialista apresenta grande permeabilidade à participação social-privada na instituição.
- 71** Uma organização pública que adota os pressupostos da administração burocrática busca combater o nepotismo na instituição.

Com relação a administração pública burocrática, pós-burocrática, gerencial e empreendedorismo gerencial, julgue os itens a seguir.

- 72** A burocracia weberiana ideal não se consolidou no Brasil, em função das brechas das normas legais contrárias à burocracia racional-legal.
- 73** A administração pública gerencial adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.
- 74** A ênfase da administração pública gerencial recai sobre o controle do processo em detrimento do resultado, pois, segundo esse modelo, é por meio do acompanhamento dos indicadores de tendência que os objetivos fixados são alcançados.
- 75** A organização pública que adotar o paradigma pós-burocrático avançará nos pressupostos da burocracia, porém com maior ênfase no rigor técnico da burocracia tradicional.

Com referência ao empreendedorismo governamental e às novas lideranças no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 76** A gestão empreendedora das organizações públicas deve ter um caráter centralizador para proporcionar maior rapidez e um controle adequado das ações desenvolvidas na máquina administrativa.
- 77** Uma organização pública empreendedora vincula o alcance de seus objetivos a uma atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- 78** As organizações públicas que pretendam adotar uma gestão empreendedora não necessitam de pessoas empreendedoras, visto que empreendedorismo é um conceito institucional que se efetiva apenas mediante políticas organizacionais.
- 79** O empreendedorismo governamental privilegia a competição na prestação dos serviços, com a finalidade de aumentar a eficiência dos serviços prestados.
- 80** Uma organização que busca a implementação do empreendedorismo governamental deve enfatizar um planejamento focado no financiamento da estrutura administrativa.

A partir da década de 90 do século XX, alguns países da Europa, além dos Estados Unidos da América e do Brasil, passaram a sofrer com as mazelas decorrentes do aumento da relação entre dívida e PIB. Acerca de dívida pública e dos efeitos econômicos advindos desse endividamento, segundo concepções das escolas do pensamento econômico, julgue os seguintes itens.

- 81** Segundo a teoria econômica convencional, o impacto da dívida pública sobre as variáveis econômicas reais é, a longo prazo, neutro.
- 82** Em uma análise keynesiana, o efeito de aumentar a dívida pública por meio da redução de impostos, mantendo-se inalterados os gastos, pode acarretar, a curto prazo, um aumento da renda.
- 83** O aumento da dívida pública é uma forma de o governo financiar o déficit público gerado pelos gastos públicos superiores às receitas públicas.
- 84** De acordo com a teoria econômica convencional, o impacto do aumento da dívida pública sobre a taxa de juros limita, a curto prazo, a expansão da renda.
- 85** De acordo com a teoria da equivalência ricardiana, o crescimento da dívida pública tem, a curto prazo, a capacidade de estimular a demanda efetiva, contudo não tem a capacidade de influenciar o ritmo de recuperação da atividade econômica.

As despesas de exercícios encerrados que não se processaram na época própria podem ser pagas ao credor detentor do direito. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 86** As importâncias relativas a multas e créditos da fazenda pública lançados em dívida ativa a partir da data de sua inscrição, mas não cobrados no exercício de origem, devem ser pagos à conta de dotação específica, obedecida a cronologia dos lançamentos contábeis na conta de despesas exercícios anteriores.
- 87** Considere que um prestador de serviço tenha reclamado seu pagamento e que o órgão ao qual ele pertencia já havia cancelado a despesa, que estava inscrita em restos a pagar. Nessa situação, o atendimento ao reclamante poderá ser feito à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, conforme exigências da lei.
- 88** Para o pagamento dos direitos de credores de exercícios encerrados e legalmente reconhecidos pelo ente público, exige-se a existência de conta de dotação específica consignada no orçamento em ordem cronológica.

A classificação econômica da receita pública compreende as contas que melhor expressam as receitas previstas. No que se refere à receita pública, julgue os itens a seguir.

- 89** Em caso de excesso de arrecadação em uma rubrica contábil provocado por ingressos de recursos financeiros superiores ao previsto, não se exige do gestor público a emissão de pedido ao Poder Legislativo para a revisão da dotação orçamentária já aprovada em lei e necessária para compatibilizar a predição legalmente estimada à inicial com a receita devidamente realizada.
- 90** O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas correntes e despesas correntes, apurado no demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas, não constitui item da receita orçamentária.
- 91** Na Lei n.º 4.320/1964, foram adotados critérios híbridos para distinguir as operações correntes das de capital; conforme a situação, adotam-se o critério contábil, o critério relativo à natureza econômica da receita ou, até mesmo, o princípio da destinação, como no caso dos tributos.
- 92** As fontes de receita registradas no nível mais analítico e agrupadas em títulos sintéticos constituem a classificação básica para as análises econômico-financeiras sobre o financiamento das ações governamentais.
- 93** Tratando-se do grupo de fonte de receita identificado por 1700.00.00 — transferências correntes, o que determina a classificação da receita é, em primeiro lugar, a procedência do recurso e, em segundo lugar, a sua destinação.
- 94** As receitas de capital representam as mutações patrimoniais; esses ingressos de recursos, contudo, nada acrescentam ao patrimônio público, uma vez que a entrada de dinheiro é compensada por uma saída de um bem patrimonial.

No que diz respeito aos estágios da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 95** O empenho global é permitido para as despesas de contratos que serão executados no exercício financeiro; para os contratos que não atendam a esta condição, o parcelamento da despesa impossibilita a aplicação desse tipo de empenho.
- 96** O valor correspondente ao empenho anulado reverte ao crédito, não podendo ser utilizado para novo empenho ou descentralização no exercício em que ocorreu a anulação.
- 97** Não é permitida, em nenhuma hipótese, a realização de despesas sem a efetuação da nota empenho.

O controle é um mecanismo que visa assegurar ao governo, aos seus ministérios (controle interno) e ao Poder Legislativo (controle externo) a adequação da arrecadação e da aplicação dos recursos às dotações orçamentárias aprovadas em lei. A respeito dos controles interno e externo realizados no âmbito da administração pública, julgue os próximos itens. Considere que a sigla TCU, sempre que empregada, refere-se a Tribunal de Contas da União.

- 98** A tomada de contas é processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração indireta e daquelas não classificadas como integrantes da administração direta.
- 99** Compete privativamente ao TCU proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional em até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- 100** Os pontos de interesse de controle externo referem-se à conformação legal dos atos associados à arrecadação e à aplicação dos dinheiros públicos e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento.
- 101** Os tribunais de conta que concentram, tradicionalmente, maior atenção no controle de legalidade da gestão financeira podem, excepcionalmente, exarar procedimento específico para a busca e a apreensão de pessoas ou coisas.
- 102** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, dos avais e das garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- 103** Alguns tribunais de contas dos estados são atuantes e cobram dos municípios a aprovação de leis que instituam unidades de controle interno.
- 104** Na Lei n.º 4.320/1964, não é exigida a incorporação ampla de metas físicas e de trabalho no orçamento, sendo apenas feitas indicações em caso de despesas de capital e programas custeados por dotações globais.
- 105** O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, podendo, inclusive, utilizar seus mecanismos para fiscalizar os atos de gestão dos dirigentes de sociedades de economia mista em que o capital próprio tenha participação de capitais públicos e privados.

Com relação aos princípios orçamentários, julgue o item subsequente.

- 106** A publicação do orçamento público no Diário Oficial da União é suficiente para o atendimento do princípio da publicidade.

Acerca da dívida flutuante e dos restos a pagar, julgue os itens seguintes.

- 107** O cancelamento dos restos a pagar gera superávit financeiro, que poderá ser utilizado no próprio exercício desse cancelamento, como fonte para a abertura de créditos adicionais.
- 108** Ao encerramento do exercício, as despesas empenhadas, as despesas não liquidadas e as despesas liquidadas e não pagas são inscritas automaticamente em restos a pagar.
- 109** Os restos a pagar processados podem ser cancelados pela administração pública, sob a alegação de oportunidade e conveniência, mesmo após o fornecedor de bens e serviços ter cumprido com a obrigação de entregar e fazer.
- 110** Para assegurar a primazia da essência sobre a forma, devem ser inscritos em restos a pagar não processados os empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, sem prejuízo de tais despesas serem consideradas liquidadas no momento da autorização formal do instrumento de concessão.

Considerando o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público (PGO) e o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no regime público (PGMU), julgue os itens a seguir.

- 111** Considere que determinada empresa privada é concessionária de serviço telefônico fixo comutado (STFC) prestado no regime público, na modalidade local, em uma localidade com 450 habitantes. Nessa situação, essa empresa deve implantar o STFC com acessos individuais nas classes residencial, não residencial e tronco.
- 112** Uma empresa privada poderá ser concessionária de serviço telefônico fixo comutado, desde que devidamente constituída segundo a legislação brasileira, sendo vedada a participação de capital estrangeiro nessa empresa.

A respeito do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), julgue o item que se segue.

- 113** A redução das desigualdades regionais e sociais é um princípio que rege a competição no setor de telecomunicações.

No que diz respeito aos aspectos legais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), julgue os itens subsequentes.

- 114** Para que a União explore o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, ela deverá comprovar excepcional interesse público.
- 115** A seleção das entidades responsáveis pela programação das faixas de radiofrequência, ainda que em operação compartilhada com os municípios, é realizada pelo Ministério das Comunicações por meio de processo seletivo.

No que concerne às regulamentações dos serviços de radiodifusão e de radiodifusão comunitária, julgue os próximos itens.

- 116** Se determinada associação comunitária obtiver autorização para explorar serviço de radiodifusão comunitária, ela não poderá transferi-la, a qualquer título.
- 117** É competência exclusiva da União dispor sobre qualquer assunto referente aos serviços de radiodifusão.

Acerca dos regimes de prestação de serviços de telecomunicações, da cassação dos serviços de radiodifusão e dos serviços ancilares e auxiliares, julgue os itens seguintes.

- 118** Considere que determinada empresa privada preste serviço de telecomunicações mediante permissão, com obrigações de universalização e de continuidade. Nessa situação, é correto afirmar que essa empresa presta esses serviços em regime privado.
- 119** Considere que determinada concessionária prestadora de serviço de radiodifusão tenha veiculado notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social. Todavia, por ter sido constatado erro de informação, essa concessionária desmentiu imediatamente as notícias veiculadas. Nessa situação, a despeito do desmentido imediato, essa concessionária estará sujeita à pena de cassação, diante da gravidade do fato.
- 120** O serviço de retransmissão de TV e o serviço de repetição de TV são considerados serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos